

Tribunal de Contas reclama explicações sobre hospitais

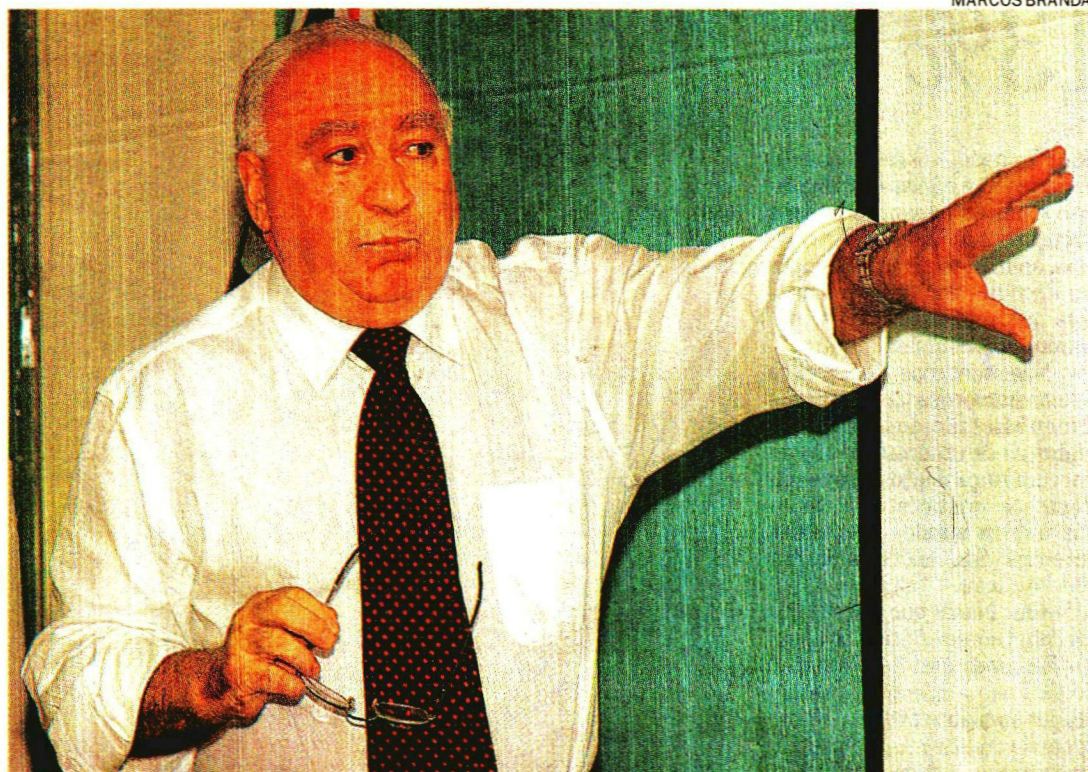
Éderson Marques

Depois de responder às indagações do Ministério Público sobre a falta de medicamentos nos postos de saúde, o secretário José Geraldo Maciel terá de se explicar ao Tribunal de Contas do DF (TCDF) sobre irregularidades apontadas na rede pública hospitalar. O prazo fixado pelo conselheiro Antônio Renato Alves Rainha para que Maciel apresente a defesa é de cinco dias úteis.

Ao TCDF, Maciel terá de justificar a falta de reformas na Unidade de Radioterapia e Quimioterapia do Hospital de Base do DF (HBDF). Investigações do Ministério Público constataram goteiras, banheiros quebrados e até a presença de ratos no local. Outro ponto que carece de explicação é a falta de medicamentos de alto custo como o docetaxel e a citarobina, ambos utilizados no tratamento de câncer.

Uma obra inacabada no Hospital Regional de Taguatinga também aguarda resposta pelo TCDF. Renato Rainha quer saber os motivos que não deixam o Centro de Oncologia Clínica ser terminado, embora uma inspeção no local comprove que só faltam os acabamentos do piso e da parede, além do mobiliário. Se a obra for concluída, o HRT passa a realizar tratamentos de quimioterapia, hoje concentrados no HBDF.

As preocupações de Maciel não se restringirão ao pedido de explicação do TCDF. Após enviar respostas ao MPDF, a promotora Cátia Gisele Vergara, da 2ª Promotoria de Defesa da Saúde, e a procuradora-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Cláudia Fernanda Pereira, buscaram confirmar as informações passadas por Maciel e pediram justificativas ao secre-



MARCOS BRANDÃO

José Geraldo Maciel: prazo de cinco dias para responder ao questionamento sobre rede pública

Obras de centro de oncologia estão paralisadas embora faltem apenas o piso e os acabamentos

tário de Fazenda, Luiz Tacca Júnior, ao ex-secretário Valdivino de Oliveira, e à ex-subsecretária de Finanças, Aparecida Ramos de Carvalho, que foi a primeira a apresentar resposta.

Maciel, na defesa apresentada na semana passada, responsabilizou a Subsecretaria de Finanças (Sufin) pela não liberação de R\$ 2,2 milhões do Fundo Nacional de Saúde, no final do exercício de 2006. No documento en-

viado ao MPDF, Aparecida Ramos afirma que "a abertura e movimentação das contas bancárias do Fundo de Saúde da Secretaria de Saúde são efetuadas por aquele órgão, não cabendo à Sufin nenhuma gestão sobre tais contas". Ainda segundo o documento, "a Secretaria de Saúde emitiu falsas informações e inverdades para justificar a não aplicação dos recursos disponíveis para a compra de medicamentos de alto custo".

Já o atual secretário de Fazenda e seu antecessor terão de explicar a paralisação de R\$ 8,1 milhões repassados pelo governo federal, entre novembro de 2006 e fevereiro de 2007. O montante deveria ser usado na compra de medicamentos de alto custo. Mesmo faltando remédios na re-

de pública, Maciel afirmou ao MPDF que não vê problema em se ter deixado a verba no Banco do Brasil, quando deveria estar no Banco de Brasília (BRB) para ser aplicado. "Não existe nenhum impedimento legal de permanência desses recursos no Banco do Brasil, até porque é o agente financeiro do Ministério da Saúde", diz o documento assinado pelo secretário.

Até o fechamento desta edição, as justificativas de Tacca Júnior e Valdivino de Oliveira não tinham sido entregues ao MPDF e nem ao MPC. Já o secretário Geraldo Maciel foi procurado durante toda a tarde pela reportagem, mas sua assessoria afirmou que ele não comentaria o assunto até enviar resposta ao TCDF.

Assistência poderá ser regionalizada

A escolha do sanitarista José Gomes Temporão para o Ministério da Saúde abriu novas perspectivas para o setor na região do Entorno, tida com a responsável por pressionar a rede pública do DF. Há meses, está em curso uma discussão entre os governos federal, distrital, de Minas Gerais e de Goiás para a construção de um sistema regionalizado de atendimento às populações das cidades vizinhas. A proposta conta com o aval do Ministério Público do DF.

Antes de ser nomeado ministro, Temporão fazia parte do grupo de discussão. O projeto prevê a criação, nos municípios do Entorno, de centros de saúde e de pequenos hospitais capazes de prestar atendimento emergencial e ambulatorial. O modelo é semelhante ao implantado no DF ainda na gestão do ex-secretário Jofran Frejat, hoje deputado federal pelo PR, com a instalação de centros de saúde em todas as cidades-satélites. Os hospitais regionais e o de Base passariam à condição de centros de maior complexidade para atender somente situações mais graves. O grupo acredita que, desta forma, haveria uma redução acentuada da demanda sobre os equipamentos de saúde da capital federal, que poderiam ser utilizados com maior eficiência.

O promotor Jairo Bisol aposta que a regionalização da saúde é uma medida reestruturante do sistema público. Para ele, o bom atendimento deve valer para quem mora da capital da República e também para aqueles que vivem na região do Entorno. Depois de meses de silêncio, o promotor voltou à cena política pela defesa que faz da permanência do atual secretário José Geraldo Maciel, uma dos articuladores da regionalização da saúde. O promotor chegou a levantar suspeitas de que as pressões contra Maciel tinham origem em grupos de empresariais e distritais contrariados com a possibilidade de revisão dos contratos de prestação de serviço. Ontem, a Câmara aprovou convite ao promotor para que, na sexta-feira, esclareça os motivos de suas suspeitas.